

AGRESTE E BREJO DOS CRIoulos: **SITUAÇÕES DESIGUAIS NO *TERRITÓRIO NEGRO DA JAHYBA*¹**

João Batista de Almeida Costa²

Resumo:

No conjunto das comunidades negras rurais do *Território Negro da Jahyba* no norte de Minas é possível apreender padrões distintos de situações frente ao processo de territorialização étnica propiciado pelo Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Tomo os casos de Agreste e de Brejo dos Crioulos no município de São João da Ponte, devido à proximidade geográfica, para analisar o distanciamento de posições e de processos vividos nos tempos atuais, alimentados desde o passado por trajetórias distintas.

Palavras-chaves: Territorialização Étnica, Quilombos, Processos sociais, Situações desiguais.

A localização de Agreste e de Brejo dos Crioulos ocorre em uma mesma área geográfica, no interior do vale do rio Verde Grande que corta a região norte mineira no sentido sul/norte desde Montes Claros até a divisa com a Bahia, entre o ribeirão Arapuim e o referido rio Verde Grande quando deságua no rio São Francisco.

A bacia do referido curso de água situa-se numa área de transição entre os biomas cerrado, caatinga e floresta tropical úmida, esta, ao longo das margens do rio São Francisco. No vale do mesmo rio ocorreu uma floresta de caatinga arbórea com milhares de pequenas lagoas formadas a partir do assoreamento de dolinas que surgem da ruptura de tetos de cavernas existentes no sedimento calcáreo que recobre toda a região. Há que considerar o clima tropical com média anual em torno de 32º e média pluviométrica em torno dos 900 mm anuais. Essas condições ambientais propiciaram a existência de endemia de malária que afastou a população branca e indígena do interior do vale do rio Verde Grande e, como terra de ninguém ou terra que ninguém queria, os negros fugitivos da escravidão no período colonial e imperial escolheram para situar-se com liberdade e autonomia de vida. No interior dessas condições ambientais centenas de pequenos núcleos negros, como quilombos ou calhambos como denominados

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia entre os dias 01 e 04 de junho de 2008 em Porto Seguro, Bahia, Brasil. Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa *Negros do Norte de Minas: cultura, identidade e educação étnica na comunidade negra rural de Agreste*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Antropólogo, professor e pesquisador na Universidade Estadual de Montes Claros junto ao curso de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

regionalmente, foram formados e deram origem à centenas de comunidades rurais negras, muitas das quais, atualmente, reivindicam para si os direitos vinculados ao Art. 68 dos ADCT.

A área geográfica do vale do rio Verde Grande foi denominada pela bandeira paulista capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida que ocupou o alto médio curso do rio São Francisco em meados do século XVII como Jahyba, cuja denominação em tupi-guarani queria informar a existência da endemia de malária no referido vale. Note-se que os objetivos da referida bandeira foi a apreensão de indígenas para vendê-los como escravos e o extermínio de quilombos. Neste caso, deveriam entregar em Salvador ou na Câmara da Vila de São Paulo pares salgados de orelhas que costuradas uma a outra propiciava o recebimento dos pagamentos previstos. Em decorrência da ampla ocupação negra do vale como podem atestar os pedidos de reconhecimento como remanescentes de quilombos feitos por 62 comunidades rurais negras situadas no interior do referido vale. A área foi denominada por mim como Território Negro Ampliado da Jahyba (Costa, 2001) e tem sido largamente utilizada pelo movimento social regional e estadual como expressão histórica e simbólica da resistência negra em Minas Gerais.

Cada pequena comunidade negra situada às margens de cursos de água ou de lagoas, constituiu-se em torno da família que procurou manter sua autonomia de vida. Entre esses núcleos negros ocorreu o estabelecimento de interações sociais a partir de casamentos exogâmicos de lugar que entreteceu relações de parentesco. Com o desenrolar da história, uma trama de parentesco negro recobriu todo o território, vinculando as populações das localidades entre si. Nesse período a estratégia recorrente era manter a invisibilidade perante o mundo externo para garantir a liberdade e a autonomia de vida. Durante o período diurno não eram acessos fogos para não se denunciarem pela fumaça aos brancos senhores de escravos que estavam fixados nos altiplanos da serra Geral e da serra do Espinhaço que circundam o vale do rio Verde Grande.

Nesse período a terra era livre e apropriável pelo trabalho humano de mulheres e homens fugidos da escravidão e vindos de diversas áreas mineiras e baianas, conforme discuti anteriormente (Costa, 1999) e como afirmado por Pires (2001). Pequenas áreas eram cultivadas com mandioca, fava e arroz, havendo coleta de frutas nativas e mel de abelhas, além da caça e pesca e a criação de gado *vaccum* solto no interior da floresta de caatinga arbórea. As moradias eram pequenas choupanas cobertas com vegetação para abrigar das intempéries e não apresentavam nenhum conforto para seus moradores. Os

filhos da selva, como um memorialista regional denominou as populações negras do interior da mata da Jahyba (Neves, 1908) só evidenciavam a sua presença pelo toque dos atabaques batucando durante as trezenas e novenas que aconteciam para festejar santos e gentes que acorriam às localidades em festas.

Ocorreram dois padrões de ocupação do território, um formado por membros de uma família dispersa por uma ampla área, já que cada novo casamento virilocal, requeria do noivo o estabelecimento do mundus familiar pela apropriação da terra e pela transformação da natureza em um sítio familiar. Este é o caso de Agreste, Cachoeirinha (Santos, s/d), Sete Ladeiros e Terra Dura. O outro padrão foi a aglutinação de diversas famílias em uma área bastante fértil com a presença de curso de água ou de diversas lagoas. Este é o caso de Brejo dos Crioulos, Vereda Viana e Poções (Gonçalves, 2007). As distinções que tornam desiguais os processos de Agreste e Brejo dos Crioulos, creio que decorrem do padrão de ocupação e do tipo de interações sociais que foram instituídas em cada comunidade.

Havia dois tipos de interações sociais vinculadas aos padrões de ocupação territorial. No caso de coletividades organizadas, apenas, pelos membros de uma família que se espalhavam por diversos pontos distanciados da área, as interações sociais propiciavam a coesão do grupo de parentes, que eram também amigos e, muitos, compadres. Este é o caso de Agreste. No caso de coletividades organizadas por diversas famílias diferenciadas que se localizavam próximas umas das outras devido à fertilidade da área, bem como pela presença de curso de água de maior volume ou de muitas pequenas lagoas, as interações articulava uma rede viva de famílias, parentes, compadres e amigos. Em Brejo dos Crioulos, insistentemente é dito que lá há uma coligação de famílias. Há que considerar, também, o papel crucial desta comunidade em períodos críticos de seca, já que para ela acorriam moradores de muitas outras localidades para aquisição de gêneros alimentícios para suprir a fome que sempre acompanha a seca. Em decorrência disto, as interações sociais desta coletividade se espalhavam por uma área bem mais ampla que a da própria comunidade.

Características básicas de Agreste e Brejo dos Crioulos

Agreste é uma comunidade negra rural com cerca de 550 moradores, situada em uma área com pouco mais de dois alqueires onde as 110 famílias se distribuem cercadas por fazendas de criação de gado em poucos mais de 8 hectares de terras. Além de escola

municipal de ensino fundamental, há um posto de saúde dotado de poucos recursos para apoio às ações do Programa de Saúde da Família, 5 casas comerciais, sendo uma mercearia e 4 vendas, um templo católico. Embora existam evangélicos vinculados à Congregação Cristã do Brasil não há um templo já que o evangelismo é recente e os cultos são realizados na casa de um dos seus membros. Há um cemitério, embora nas fazendas existam sepulturas que demarcam a territorialidade negra das mesmas. Existe energia elétrica e abastecimento de água a partir de poço artesiano em cada uma das habitações da localidade, assim como telefones públicos. Existe uma associação de moradores do povoado que objetiva coordenar o processo de desenvolvimento local, mas objetivamente serve, apenas, para receber parques benefícios disponibilizados pela administração municipal. Uma característica fundamental na visão dos moradores é o “esquecimento” a que Agreste está relegada.

A reprodução das famílias se dá por meio de assalariamento de alguns de seus membros nas diversas fazendas que circundam a localidade e pela venda, esporádica, da mão-de-obra de homens para limpeza de pastos e conserto de cercas de arame e de mulheres para combate à formigueiros existentes nos pastos. Ocorre também a utilização dessa população para a colheita de sementes de capim nas fazendas que se dedicam a esta produção. Poucos moradores conseguem sair para outras áreas agrícolas do país para ofertar sua mão-de-obra e amealhar com mais vantagem recursos financeiros como ocorre em muitos outros moradores de comunidades rurais negras das cercanias.

Brejo dos Crioulos é uma comunidade negra rural, reconhecida desde 2003 como remanescente de quilombos, com cerca de 3140 moradores divididos 460 família agrupadas em 08 grupos locais: Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Furado Seco, Furado Modesto e Serra D'Água situadas entre fazendas grandes e pequenas nas divisas dos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia. Estas localidades são abastecidas por energia elétrica, por sistemas de abastecimento de água a partir de poços artesianos, sem tratamento e sem esgotamento sanitário e telefonia em duas das localidades. Há três escolas de ensino fundamental e uma creche para atendimento das crianças. Assim como dois cemitérios, sendo um centenário, mas sem possibilidade de utilização pelo fazendeiro ter cerceado o acesso e um mais novo, embora ocorra sepultamento nas terras de cada família. Em termos associativos, até 2002 havia cinco associações de moradores, que foram incorporadas pela Associação do Quilombo de Brejo dos Crioulos que estatutariamente na composição das diretorias

define que os grupos locais devem estar aí representados. Há mercearias e vendas em Araruba, Cabaceiros, Furado Seco e Serra D'Água, bem como templos católicos em Araruba e Furado Seco e templos da Congregação Cristã do Brasil em Araruba e Cabaceiros. A identidade de Brejo dos Crioulos foi marcada pela discriminação construída pela elite pontense em decorrência de conflitos no processo de expropriação territorial nos anos 1960, pela exclusão de benefícios públicos, entretanto, aos poucos esta mesma comunidade começou a ser transformada em ícone da cultura de São João da Ponte e de Varzelândia e a discriminação e a exclusão no âmbito municipal foram sendo desarticuladas.

A reprodução das famílias conjuga a produção agrícola e criação de pequenos animais e pouco gado vaccum com a migração sazonal para a região da cafeicultura no Triângulo Mineiro. Ocupando pouco mais de 150 hectares de terras. Devido à existência de assentamentos de sem-terras vinculados à Liga Operaria Camponesa nas cercanias de Brejo dos Crioulos, diversas famílias deslocaram-se para estas áreas. Há que considerar que até poucos anos atrás ocorria o assalariamento de alguns moradores desta comunidade nas fazendas que ocupam o território ancestral, mas dada a luta pela retomada do mesmo, os fazendeiros não mais empregam quilombolas.

Processos vividos

Até os anos 1920 as nucleações negras, decorrentes dos dois padrões de ocupação, viveram em relativa paz no interior da floresta de caatinga arbórea então existente no vale do rio Verde Grande. A temível presença do capitão do mato não era um acontecimento recorrente a impedir a manutenção da vida das famílias em sua autonomia e liberdade, como discutido por Pires (2001, 247). Nessa década, solicitado por um fazendeiro das cabeceiras do ribeirão Arapuim, chega à região de Brejo dos Crioulos um agrimensor que procede à divisão de terra, destinando as glebas para grandes fazendeiros ou comerciantes das povoações circundantes.

Uma senhora de Brejo dos Crioulos, então “esposa” do vigário de Contendas, atual Brasília de Minas, pede socorro ao “marido” e este solicita a presença de Antônio Dó, pequeno fazendeiro do município de São Francisco que junto com a família foram se fortalecendo e despertou a cobiça de um vizinho. Quanto o grupo a que aquele se vinculava perdeu o poder municipal devido à mudança de poder estadual, o vizinho passou a perseguir a família Dó com o apoio do prefeito, do juiz e da polícia. Antônio se

revoltou e formou um bando de jagunços para defender sua propriedade e a de outros. Devido às relações com o referido padre, o rebelde primitivo se deslocou até Brejo dos Crioulos, prendeu o agrimensor, o fazendeiro e um seu genro e fez uma negociação em favor das famílias negras. Cada família deveria ter respeitado o seu direito à terra em que viviam. Este acordo possibilitou que muitas famílias negras passassem a deter um documento de terra, ainda que não legal, em que colocam a garantia do direito sobre o território que cada uma ocupa.

Após a divisão da fazenda Arapuá, que não havia sido registrada de acordo com a Lei da Terra de 1850, sendo, portanto devoluta, o mesmo agrimensor passou a fazer a divisão da fazenda Morro Preto, também, devoluta. O primeiro processo de divisão incide sobre Brejo dos Crioulos, o segundo incide sobre esta mesma localidade e a de Agreste, assim como muitas outras que existem na área. A humanidade negra nessa área só foi reconhecida pelo poder do mais forte devido às interações sociais articuladas pelas famílias de Brejo dos Crioulos que ultrapassavam fronteiras de raça e classe. Entretanto, foi também pela força que a humanidade respeitada passou a ser expropriada, discriminada e criminalizada quando dos processos vividos a partir dos anos 1940, como apresentado a seguir.

Algumas considerações sobre este processo.

Em primeiro lugar, vejo que a divisão de terras, que é recorrente em toda a área de terras devolutas na região, transformou-se em estratégia que possibilitou posteriormente, por meios violentos, retirar das mãos negras os territórios familiares. Em segundo lugar, a divisão de terras foi marcada pela incorporação de glebas de ausentes, que posteriormente passaram a ser adjudicadas por estratégias duvidosas, após serem vendidas, a profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros, dentre outros, que se afazendaram com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a partir dos anos 1970. Note-se que o agrimensor era irmão do dono do cartório de registro de títulos em Contendas. E, por fim, em cada localidade foi doada uma gleba de terra ao santo padroeiro da coletividade. Essas doações aos santos se reverteram em benefício aos homens, pois os expropriados das terras foram nas glebas dos santos se alojarem.

Após o impacto da divisão, a partir dos anos 1940 é retomada a construção da ferrovia que une o Rio de Janeiro a Salvador e que cortou o vale do rio Verde Grande. A construção da mesma esteve paralisada desde 1926 quando a mesma chegou a cidade de Montes Claros. Em sua construção a mão-de-obra empregada foi quase integralmente de

moradores das comunidades negras rurais que viviam no interior da Mata da Jahyba, que aos poucos foi sendo derrubada para confecção de dormentes a serem utilizados na implantação da referida ferrovia e para produção de madeira comercializada para fora da região norte mineira. A derrubada da vegetação se deu sob a coordenação de um nordestino que se aliara ao exército na luta contra a Coluna Prestes e com beneplácitos do governo federal e estadual comercializou os dormentes para a implantação da referida estrada. A utilização de mão-de-obra negra se deve à malária endêmica que ocorria na região e que requereu do governo federal implantar dois postos de tratamento à esta doença, um em Montes Claros e outro em Monte Azul, quase na divisa com a Bahia. Próximo a esse lugar a ferrovia vinda do sul se encontra com a ferrovia vinda do norte, concluindo a ligação férrea entre Rio de Janeiro e Salvador. Ela é conhecida como trem bahiano na capital mineira.

No governo Dutra começa o combate à malária com a presença de funcionários da SUCAM desinsetizando o interior da mata e as lagoas, além da distribuição de aralém. Para um memorialista da elite regional foram os inseticidas e o aralém que propiciaram o afazendamento dos pecuaristas nas terras do vale do rio Verde Grande, conforme Maurício (1995).

Para a população negra, esse processo foi considerado algo sobrenatural e há relatos de muitos moradores que saíram correndo para o interior da mata, abandonando suas casas, quando chegou a notícia de que um monstro desconhecido, soltando fumaça pelas mãos, estava se aproximando da localidade. Até o rastro deixado no chão por estes monstros era assustador e desconhecido.

Após esse processo, inicia-se a expropriação, por meios violentos, do território negro em diversas localidades, como Cachoeirinha, descrito por Santos (s/d), o de Maravilha, descrito por Brito e outros (2004), o dos Gurutubanos descrito por Costa Filho (2004), dentre outros. É a partida do processo de expropriação generalizado que ocorreu até fins dos anos 1970.

Nos anos 1960 o norte de Minas, como parte do polígono das secas é incorporado à área de atuação da SUDENE, além da ampliação do escopo de ação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco na região. Amplia-se o processo de expropriação, por meios violentos, de dezenas de territórios negros. Os casos de Agreste e de Brejo dos Crioulos situam-se nesse processo de territorialização pela expropriação das famílias negras e pela implantação de fazendas que transformadas em empresas rurais captaram recursos do FINOR para estruturação moderna da pecuária

com pastagem exótica e gado nelore. Ao mesmo tempo em que poços artesianos eram construídos pelo DNOCS e pela CODVASF nestas mesmas empresas rurais.

Deste período até fins dos anos 1990 ocorreram duas dinâmicas. A primeira foi o encurralamento das populações negras em pequenas porções das glebas doadas aos santos e o estabelecimento, por parte dos fazendeiros, de interações cordiais com crianças, homens e mulheres como forma de estabelecimento de relações para preservação de um estoque de mão-de-obra a ser acionado nas necessidades das fazendas. O desmatamento das terras foi realizado por essas populações que plantavam capim, feijão e milho, até que não fosse mais possível a convivência entre essas culturas. Este é o caso de Agreste. A segunda dinâmica foi a resistência de algumas famílias em seus territórios e neles permanecem até os dias atuais, entretanto, tiveram parte do mesmo expropriado. Apesar da perseguição violenta, da queima de lavouras, destruição de moradias, estupros e alguns assassinatos, as famílias mantiveram-se unidas e puderam obstaculizar, pela força, a expropriação total do território negro. Este é o caso de Brejo dos Crioulos.

E, finalmente, em fins dos anos 1990, as famílias de Brejo dos Crioulos, sabedoras do direito constitucional tomaram a decisão do enfrentamento com os fazendeiros, mesmo sabendo das perdas que ocorreriam, já que muitos moradores trabalhavam para os fazendeiros que ocupam o território ancestral, e encaminharam solicitação à Fundação Palmares e ao Ministério Público Federal em Belo Horizonte quanto ao reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos e quanto à regularização fundiária. A partir dessa ação, o Território Negro da Jahyba começou a ser visibilizado e a história regional a ser reescrita ao reconhecer o papel crucial dos negros na constituição da sociedade regional, como discutido por mim anteriormente (Costa, 2005).

O movimento social regional procurou estabelecer uma rede social externa de apoio à luta da primeira comunidade negra do norte de Minas a solicitar o direito constitucional, além de visitas à localidade para conhecimento da realidade e para estabelecer interações que deram e dão sustentação à luta travada por esta comunidade e por muitas outras que se seguiram. Atualmente 62 comunidades negras rurais norte mineiras solicitaram reconhecimento à Palmares e ao INCRA e esse número não para de crescer, devido à difusão das notícias da luta e das conquistas de Brejo dos Crioulos entre todas as populações rurais norte mineiras.

Situações desiguais frente ao direito constitucional

Como dito acima, Brejo dos Crioulos foi a primeira comunidade negra rural do norte de Minas a solicitar o reconhecimento como remanescente de quilombo e a requerer a regularização fundiária de seu território. Este acontecimento se deu no ano de 1998 e começou a ser difundido entre as comunidades negras rurais do *Território Negro da Jahyba* com a divulgação da mesma como quilombo e do posicionamento frente ao direito constitucional.

Se ocorreram ações externas visando a vinculação desta comunidade a uma rede social e política de apoio para sustentação à luta pela conquista territorial, também ocorreram ações internas objetivando adequar os membros dos 8 grupos locais ou de vizinhança aos novos tempos que todos anteviam, principalmente o domínio integral ao território legado pelos seus ancestrais. As discussões sobre a necessidade de uma articulação comum foram realizadas durante o processo de tomada de posição frente ao direito constitucional. Tão logo foram encaminhados os pedidos de reconhecimento e o de regularização fundiária, iniciou-se processo de criação de uma entidade que agregasse a toda a coletividade e em 2000 foi criada a Associação do Quilombo de Brejo dos Crioulos que contou com representantes de cada grupo local em sua diretoria.

A comunidade foi visitada por funcionário da Fundação Palmares, por Procurador da República acompanhado por policiais federais visando garantir o cultivo de gêneros alimentícios em uma área de terra em mãos de um fazendeiro que re-ocuparam em 2001. Com a divulgação de sua existência, estudantes, professores, funcionários públicos vinculados a organismos de estado e a organizações não governamentais passaram a freqüentar a comunidade levando solidariedade, contribuindo com o processo de luta e tomando conhecimento sobre a realidade local.

Dada a demora em deslanchar o processo e frente à informação de funcionários da Palmares de que somente as comunidades em litígio com fazendeiros estavam tendo sua situação verificada visando solução, foi realizada uma aproximação com o Movimento dos Sem Terra para repassar-lhes táticas de ocupação territorial e desde 2002 as fazendas que incidem sobre os 18 mil hectares do território delimitado passaram a serem re-ocupadas. Com a reintegração de posse definida pelo juiz da comarca, os membros desta coletividade se retiram para suas casas e depois re-ocupam uma outra fazenda. Frente a este processo, os ânimos na região se elevaram, fazendeiros contrataram pistoleiros que faziam ameaças constantes contra os quilombolas e o

INCRA procurou dar maior agilidade ao processo de regularização fundiária. No momento atual o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), já foi publicado e os fazendeiros apresentaram, dentro do prazo previsto, recursos administrativos.

Cabe salientar que a maioria dos fazendeiros que ocupam áreas do território quilombola de Brejo dos Crioulos já havia se posicionado favoráveis à desapropriação de suas terras, antes mesmo da publicação do RTID em fins de 2007. No momento, aguarda-se do juiz agrário de Minas Gerais as sentenças de desapropriação das maiores fazendas. As pequenas glebas serão desapropriadas posteriormente.

Em resumo, Brejo dos Crioulos apresenta-se no cenário do *Território Negro da Jabyba* como a “locomotiva” que deu partida ao processo de territorialização étnica ao posicionar-se para conquistar os direitos advindos do Art. 68 dos ADCT. Ao mesmo tempo em que a luta pelo território é o motor do processo, outras ações governamentais começaram a se fazer presentes para as famílias que eram desconhecidas pelo poder estadual e federal e discriminadas e excluídas de benefícios públicos pelo poder municipal.

Com a visibilização de Brejo dos Crioulos na mídia regional, estadual, nacional e internacional, a administração municipal passou a realizar ações que resultaram na melhoria da qualidade de vida, ensino e saúde para a população quilombola. Ao mesmo tempo, ações do governo federal passaram a ser destinadas à essa coletividade negra que em diversos momentos, dado o montante de recursos recebidos além da capacidade de absorção, redistribuiu cestas básicas para outras comunidades negras rurais do seu entorno.

Cabe lembrar que o posicionamento das famílias negras de Brejo dos Crioulos frente ao Art. 68 foi a retomada do território legado por seus ancestrais e antepassados para que pudessem viver com dignidade, autonomia e liberdade em seu próprio território.

Agreste se posiciona distintamente. A situação de subordinação e dependência criada pelos fazendeiros. Os membros dessa comunidade negra rural não conseguem perceberem-se livres do “trabalho” disponibilizado pelos fazendeiros. Expropriados do território legado pelos ancestrais, também foram expropriados dos conhecimentos vinculados à lida na terra com autonomia. Na visão de um de seus membros, os atuais moradores da coletividade “nem sabem mexer com a terra. Aqui tem gente que nunca pegou em enxada para trabalhar com a terra”.

A dependência e subordinação, entretanto, não é apenas material, ela é simbólica e de consciência, como afirmado por um de seus moradores. “A maioria está com o pensamento muito do próprio fazendeiro, mas nunca que está sossegado. Porque sossegado é aquele que é dono do seu nariz”. A aceitação da dominação, da submissão e da dependência vincula-se ao medo de perderem a possibilidade de reprodução material da vida viabilizada pelo assalariamento. Vejo, baseado em Bourdieu (2007), que a aceitação da dominação ilumina a submissão e dependência e desarticula a possibilidade de posicionamento pela conquista do direito fundiário disposto no Art. 68.

Em um estudo sobre as representações étnicas que marcam a identidade em Agreste, Oliveira (2007) etnografa o processo de posicionamento de seus moradores frente a seus grupos circunvizinhos. Expressam por suas representações uma plasticidade dependente dos contextos vividos em que pode utilizar da identidade para adquirir, de forma estratégica, algum benefício, sendo quilombola, por exemplo. Ou pode considerar importante um elemento qualquer de sua cultura para marcar a distinção em relação a outros grupos, como ser sossegado, de paz ou ser trabalhador.

A representação do ser quilombola em Agreste não possui o mesmo conteúdo que em Brejo dos Crioulos. Para os membros da coletividade as imagens sobre quilombolas vincula-os a desordeiros, preguiçosos e negros rebeldes. Como se posicionam como um grupo sossegado e trabalhador, não é possível assumir tal representação. Entretanto, durante o trabalho de campo do autor acima referido, a Associação de Brejo dos Crioulos enviou para Agreste um número significativo de cestas básicas que recebeu além da demanda local. Enquanto as cestas foram distribuídas o presidente daquela associação informava aos moradores a vantagem de ser quilombola reconhecido pelo governo federal. A partir daí, o termo quilombola começou a ter uma outra conotação em Agreste, é vantajoso ser reconhecido como tal.

O autor acima referido afirma que os moradores de Agreste passaram a elaborar a identificação “ser quilombola” tendo em vista a conquista de benefícios e, devido ao utilitarismo presente, fragmentos culturais foram articulados como estratégia política na marcação da identificação da coletividade. Mas, o ser quilombola em Agreste encontra-se esvaziado de qualquer conteúdo conflituoso de regularização fundiária, apenas, pretendem estender ao governo federal a dependência e a submissão já vivenciada frente aos fazendeiros que os circundam e os mantêm submetidos à sua dominação.

Considerações finais

No *Território Negro da Jahyba* encontram-se vigentes duas posições distintas frente ao processo de territorialização étnica decorrente dos direitos constitucionais dispostos no Art. 68 dos ADCT e Agreste e Brejo dos Crioulos representam, cada um em sua especificidade, estas duas posições.

Enquanto Brejo dos Crioulos expressa em sua agência o fato de ser quilombola à autonomia e à liberdade na reprodução material, social e simbólica da vida comunitária, Agreste esvazia tais conteúdos por sua inversão e agrega um valor utilitarista em tal identificação. Nesse sentido, ser quilombola nesta segunda comunidade negra rural é ser dependente, submisso e vincular-se, clientelisticamente, aos organismos de estado mantendo-se dominada frente aos fazendeiros que os encurralam física, social e simbolicamente com suas cercas de arame.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.
- BRITO, Valéria Esteve de e Outros. *Negros de Maravilha: abandonados e esquecidos, agora lembrados. Diagnóstico cultural, sócio-econômico e político*. Montes Claros: Funorte; Prefeitura Municipal de Catuti, 2004 (mimeo).
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELÓY FERREIRA DA SILVA (org.). *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: História e Resistência*. Belo Horizonte: Autêntica; CEDEFES, 2008.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Da fartura no tempo dos crioulos à penúria no tempo dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999 (Dissertação de Mestrado).
-
- _____. Brejo dos Crioulos e a sociedade negra da Jahyba: novas categorias sociais e a visibilização do invisível na sociedade brasileira. In *Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Ano V, 2001, pp. 99-122.

-
- _____. A reescrita da História, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de Minas. In *Revista Verde Grande* 1 (2), set/nov, 2005, pp. 12-27.
- COSTA FILHO, Aderval. *Os Gurutubanos*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2004 (mimeo).
- FAGUNDES, Giselle e MARTINS, Nahílson. *Capítulos Sertanejos*. Belo Horizonte: Formato, 2002.
- GONÇALVES, Flávio José. *Negros de Poções: Feitiços e outros caxangás – História, Identidade e Territorialidade no Brejo das Almas – Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes/PPGDS, 2007.
- HOBBSAWN, Eric J. *Rebeldes Primitivos. Estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAURÍCIO, João Vale. *Janelas do Sobrado. Memórias*. Montes Claros: Arapuim, 1995.
- NEVES, Antonino da Silva. Chorografia do Município de Boa Vista do Tremendal. Estado de Minas Gerais. In *Revista do Arquivo Público Mineiro, Anno XIII*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908, pp. 210-239.
- OLIVEIRA, Bernardo Macedo. *Representações Étnicas em Agreste: marcadores da identidade coletiva*. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2007. Monografia
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Serra Geral: Diamantes, Garimpeiros & Escravos*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Coleção Reconquista do Brasil.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakirabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra prometida: para a reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Belo Horizonte: s/d (mimeo).
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: cólons do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.